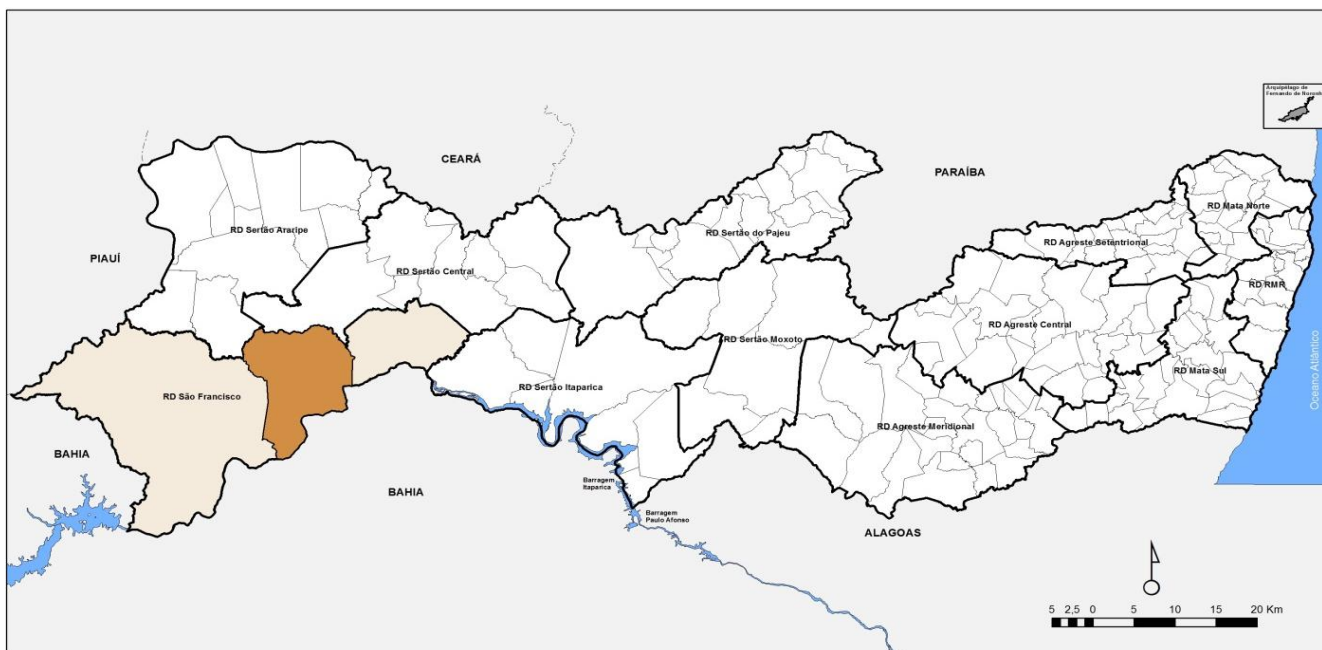


HISTÓRIA MUNICIPAL SANTA MARIA DA BOA VISTA



Desmembrado da comarca de Pernambuco

Data de criação (restauração) da vila: 07/06/1872 Lei Provincial nº 1.057

Data de reinstalação: 05/06/1873

Data cívica (aniversário da cidade): 07/06

Como outras comunidades do Vale do São Francisco, Santa Maria da Boa Vista foi inicialmente uma fazenda de gado vinculada ao domínio da Casa da Torre, de Garcia d'Ávila. No processo sucessório aparece em seguida a família Brandão, com uma propriedade denominada "Fazenda Volta", possivelmente em alusão à curva que o São Francisco apresenta no local. Em 1672 existiam várias aldeias indígenas na região, destacando-se a dos Coripós, na ilha de Santa Maria, e a dos Cariris, na ilha de Aracapá.

A povoação de Boa Vista (anteriormente chamada de Bom Jesus da Igreja Nova) teve início com a construção de uma capela em 1762. Nesse mesmo ano foi criado o distrito de Boa Vista, que aos poucos se transformou em um núcleo populoso. A freguesia, criada por ato da Mesa de Consciência e Ordens, de 30 de janeiro de 1762, foi instalada em 14 de agosto de 1763, tendo como padroeira Santa Maria, sob a invocação da Imaculada Conceição. Pertenceu inicialmente à Diocese de Olinda, posteriormente às de Pesqueira, Floresta e, finalmente, à de Petrolina. Seu primeiro vigário foi o padre Ezequiel Gameiro.

A Lei Provincial nº 58, de 20 de abril de 1838, elevou a povoação de Boa Vista à categoria de vila e sede



da comarca, criada pela mesma lei. A comarca foi instalada em 1º de outubro de 1838 e tinha por termo o mesmo da vila, que compreendia também as ilhas de Assunção e Santa Maria. A comarca da Boa Vista foi classificada como de 1ª entrância pelo Decreto nº 687, de 26 de julho de 1850, e o seu primeiro juiz de Direito foi Alexandre Bernardino Reis e Silva.

A Lei Provincial nº 520, de 13 de maio de 1862, suprimiu a vila e dividiu a comarca em duas: os termos de Boa Vista e Ouricuri continuaram pertencendo à antiga comarca da Boa Vista, enquanto os termos de Cabrobó e Exu passaram a fazer parte da nova comarca de Cabrobó, criada pela mesma lei. A Lei Provincial nº 530, de 07 de junho de 1862, transferiu a sede do termo da Boa Vista para a povoação de Petrolina, a qual foi elevada à categoria de vila, freguesia e sede de comarca, pela mesma lei. A Lei Provincial nº 601, de 07 de junho de 1864, dividiu o termo da Boa Vista em duas freguesias: a do Senhor Bom Jesus da Igreja Nova e a de Santa Maria da Boa Vista, restituindo a esta última a categoria de vila e sede do termo.

A vila da Boa Vista foi novamente extinta e sua sede transferida para a povoação de Petrolina, pela Lei Provincial nº 921, de 18 de maio de 1870. A vila foi restaurada pela Lei Provincial nº 1.057, de 07 de junho de 1872 (data de criação). A Câmara foi reinstalada em 05 de junho de 1873. O município foi constituído pela Lei Municipal nº 4, de 16 de janeiro de 1893, ganhando autonomia legislativa, com base na Constituição Estadual e no artigo 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892, promulgada durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima. A mesma Lei Municipal nº 4 criou o distrito de Caraíbas e o anexou ao município de Boa Vista. O primeiro prefeito republicano foi o coronel Manuel Jácome Correa de Carvalho.

A Lei Municipal nº 10, de 08 de janeiro de 1900, criou o distrito de Jatobá de Santa Bárbara, integrando o território do município de Boa Vista. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 991, de 1º de julho de 1909. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município aparece com três distritos: Boa Vista, Caraíbas e Jatobá de Santa Bárbara. A Lei Estadual nº 1.228, de 06 de junho de 1914, restaurou a comarca da Boa Vista, que integra a 1ª entrância. Pela Lei Municipal nº 66, de 24 de abril de 1917, foi criado o distrito de Malhada Real e anexado ao município da Boa Vista.



No quadro de divisão administrativa referente ao ano de 1933, publicado no “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”, o município é constituído de quatro distritos: Boa Vista, Caraíbas, Jatobá de Santa Bárbara e Malhada Real. Em 1936 e 1937 o distrito de Malhada Real aparece com a denominação de Pontal. Pelo Decreto-lei Estadual nº 235, de 09 de dezembro de 1938, o distrito de Caraíbas foi extinto e o seu território anexado ao distrito sede; e o distrito de Malhada Real (ex-Pontal), também extinto, anexado ao distrito de Jutai (ex-Jatobá de Santa Bárbara), que teve a sua denominação alterada pela mesma lei. O Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, mudou a denominação de Boa Vista para Coripós (comarca, município, distrito, sede, cidade).

Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município é constituído de dois distritos: Coripós e Jutai. A Lei Estadual nº 1.682, de 02 de outubro de 1953, restaurou a antiga denominação de Santa Maria da Boa Vista, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1954. Esse topônimo deriva da devoção a Santa Maria, propagada pelas antigas missões franciscanas, com a junção da denominação de uma de suas ilhas, a de Boa Vista, assim chamada pelo panorama da planície do rio São Francisco ao seu redor.

Pela Lei Municipal nº 410, de 30 de agosto de 1963, foram criados os distritos de Caraíbas, Lagoa Grande e Urimamã, anexados ao município de Santa Maria da Boa Vista. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963 o município é constituído de cinco distritos: Santa Maria da Boa Vista, Caraíbas, Jutai, Lagoa Grande e Urimamã. A Lei Estadual nº 11.215, de 16 de junho de 1995, desmembrou os distritos de Lagoa Grande e Jutai para formar o novo município de Lagoa Grande. Em divisão territorial datada de 15 de julho de 1997 o município é constituído de três distritos: Santa Maria da Boa Vista, Caraíbas e Urimamã, assim permanecendo em divisão territorial de 2005.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. V. 3

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. V. 18

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2006. V.4.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. 2ª Ed. Recife, 2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/santamariadaboavista.pdf>